

Apelos para Desmobilização e Disputas por Legitimidade na Controvérsia das Queimadas na Amazônia¹

Alana Nogueira Volpato

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru/SP.

Mariana Alarcon Datrino

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru/SP.

Caroline Kraus Luvizotto

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru/SP.

Resumo

Contribuindo para a compreensão dos fenômenos de comunicação pública, atravessados por processos de criação de sentido e disputa de poder, pretendemos compreender de que forma condições de desmobilização foram acionadas na controvérsia das queimadas na Amazônia. Coletamos postagens realizadas em agosto e setembro de 2019 nas páginas do *Facebook* de Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Planalto e Movimento Brasil Livre. Analisamos apelos que disputavam a concretude do problema, sua relação com o interesse público, suas possibilidades de solução e sua relação com valores morais amplos. Por meio da identificação dos principais temas, assuntos e argumentos utilizados, concluímos que as condições de desmobilização foram acionadas para desqualificar a participação de atores que se opunham ao governo ou para demonstrar apoio internacional e as ações do governo, em uma disputa por legitimação.

Palavras-chave

Opinião Pública; Desmobilização; Formação de Públicos; Queimadas na Amazônia; Novas Direitas no Brasil.

Introdução

O ano de 2019 foi marcado por série de controvérsias envolvendo a temática do meio ambiente e o atual governo do presidente Jair Bolsonaro. Já em dezembro de 2018, o presidente anunciou Ricardo Salles (NOVO) como Ministro do Meio Ambiente. Em entrevista à Folha de S. Paulo², Salles declarou que respeitaria a proposta de estabelecer a aproximação entre o ministério e os ruralistas. Soma-se a este cenário uma redução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente que teve um corte de 187 milhões de reais.

Ao encontro disso, Deter, sistema de satélites que monitora o desmatamento no país em tempo real, pertencente ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), apontou que

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Relações Públicas, Política e Sociedade, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

o desflorestamento da Amazônia acelerou significativamente em maio de 2019, com a maior velocidade registrada em uma década. Segundo o INPE, as áreas de desmatamento de corte raso nos meses de abril, maio e junho de 2019 acumulam o total de 1.907,1 km², um aumento de 24,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior³.

Com a divulgação pública dos dados, no dia 19 de julho, o presidente se posicionou questionando a veracidade técnico-científica apresentada pelo INPE, dirigido pelo pesquisador Ricardo Galvão. “Estou convencido de que os dados de desmatamento são mentira”, dizendo o que o Instituto parecia agir “a serviço de uma ONG”⁴. No dia 2 de agosto, Ricardo Galvão foi exonerado do cargo.

Segundo o INPE³, o desmatamento contribuiu para o aumento de focos de incêndio na Amazônia no mês de agosto, que também foram previstos pelo INPE. Segundo o Instituto, o ano de 2019 teve um aumento de 83% do número de focos de queimadas na Amazônia em relação ao mesmo período em 2018. Destes focos, podemos ressaltar o dia 10 de agosto, conhecido como “dia do fogo”⁵. O dia apresentou um aumento significativo dos focos, especificamente, no Pará. Mediante a investigação da Polícia Federal e Ministério Público Federal, a procuradora geral da República, na época, Raquel Dodge, declarou haver indícios de uma ação planejada⁶.

Poucos dias depois, em 19 de agosto, o tema das queimadas ganha ampla repercussão por diversas cidades do estado de São Paulo, entre elas a capital, apresentarem redução da visibilidade e escurecimento do céu. O tema “são 15h”, em alusão ao horário em que o céu escureceu, ficou entre os mais comentados do Brasil no *Twitter*. Segundo informações do ClimaTempo “a fumaça era de grandes focos de queimadas [...] observados sobre a Bolívia, em Rondônia, no Acre, no Paraguai e no norte da Argentina”⁷. Embora a fumaça não fosse proveniente apenas de queimadas no Brasil, o contexto favoreceu uma relação entre o escurecimento do céu e o aumento dos focos de queimadas na Amazônia.

No dia 21 de agosto o presidente volta a acusar ONGs de serem responsáveis pelo aumento no número das queimadas e o tema ganha repercussão internacional em jornais como

² BARBOSA, V. Quem é Ricardo Salles, novo ministro do Meio Ambiente. **EXAME**, 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-e-ricardo-salles-novo-ministro-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

³ INPE. [Site Oficial]. Disponível em: www.inpe.br. Acesso em: 21 fev. 2020.

⁴ NOVAES, M. “Constrangimento” com Bolsonaro por dados de desmatamento derruba diretor do Inpe. **EL PAÍS**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564759880_243772.html

⁵ MACHADO, L. O que se sabe sobre o 'Dia do Fogo', momento-chave das queimadas na Amazônia?. **BBC News Brasil Online**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>. Acesso: 22 fev. 2020.

⁶ Dias antes, o jornal Folha do Progresso, de uma cidade paraense, publicou uma conversa com uma liderança (anônima) dos produtores rurais da cidade prometia promover incêndios florestais no dia 10. Acesso: 22 fev. 2020.

⁷ PEGORIM, Josélia. Por que o céu escureceu em São Paulo?. **Clima Tempo**, 2019. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/noticia/2019/08/19/por-que-o-ceu-escureceu-em-sao-paulo--7543>. Acesso: 22 fev. 2020.

The Guardian, *The New York Times* e *Deutsche Welle*, além de a hashtag #PrayForAmazonas ter ocupado o primeiro lugar nos *trending topics* mundiais do *Twitter*⁸.

As relações internacionais se complexificaram com a suspensão de repasses financeiros da Alemanha e da Noruega ao Fundo Amazônia, que recolhe recursos para ações de prevenção e combate ao desmatamento ilegal na região, no início de agosto⁹; a discussão sobre as queimadas na Cúpula do G7 no final do mês de agosto, que poderia interferir no acordo de livre comércio entre Mercosul e União Européia que havia sido firmado meses antes¹⁰; e a realização da Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no final de setembro, que colocava o tema em evidência.

Essa discussão se insere em um cenário de guerra climática (GIDDENS, 2009 apud HENRIQUES; SILVA, 2017), em que embora exista um consistente consenso científico sobre as mudanças climáticas desde a década de 1990 e sobre a influência da ação humana nessas mudanças, as evidências científicas não convencem a opinião pública. Essa disparidade pode ser explicada por uma disputa que foi travada não no meio científico, mas no âmbito da opinião pública, demonstrando “a existência de robustas ligações entre práticas de relações públicas e as disputas climáticas” (HENRIQUES, SILVA, 2017, p. 148).

Silva (2017) investigou as dinâmicas desse processo de influência na opinião pública por meio da produção de incertezas, que envolve a ideia de que não existem consensos científicos sobre o tema, a sugestão de uma aparente busca pela verdade não sustentada por razões políticas, a aparente mobilização espontânea de sujeitos contra as ações de prevenção, reparação e controle das mudanças climáticas, buscando impossibilitar a criação de consensos sobre o tema e a consequente formação e movimentação dos públicos.

Buscando explorar um aspecto pouco desenvolvido na área das relações públicas, Silva (2019) propõe uma mudança de abordagem para a compreensão dos fenômenos de comunicação pública, pensando as condições de desmobilização que também marcam os processos sociais de criação de sentido e de disputa de poder.

Neste sentido, o presente artigo pretende compreender de que forma as condições de desmobilização foram acionadas na controvérsia das queimadas da Amazônia em páginas do

⁸ MARTUCCI, M. O que diz a imprensa internacional sobre as queimadas na Amazônia. **EXAME**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-que-diz-a-imprensa-internacional-sobre-as-queimadas-na-amazonia/>. Acesso: 21 fev. 2020.

⁹ CARMO, Samanta do. Governadores lamentam a suspensão de recursos e defendem Fundo Amazônia. **Congresso em Foco – Uol**, 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/governadores-lamentam-suspensao-de-recursos-e-defendem-fundo-amazonia/>. Acesso: 22 fev. 2020.

¹⁰ Presidente do Conselho Europeu questiona no G7 acordo com o Mercosul após incêndios na Amazônia. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/24/presidente-do-conselho-europeu-questiona-ratificacao-de-acordo-com-o-mercosul-apos-incendios-na-amazonia.ghtml>. Acesso: 21 fev. 2020.

Facebook de atores sociais que representam ou apoiam o atual governo de Jair Bolsonaro, sendo elas: Planalto, Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Movimento Brasil Livre. Os objetivos específicos são levantar as publicações feitas pelas páginas no período de agosto e setembro de 2019, analisar as condições de desmobilização presentes nas postagens e relacionar os principais temas, assuntos e argumentos utilizados com as condições de desmobilização.

Formação e movimentação de públicos e as condições de desmobilização

Os processos de comunicação implicados na criação de sentido sobre um problema são fundamentais para compreender as dinâmicas políticas contemporâneas se entendemos que, na democracia deliberativa, “o centro de atenção democrática deve ser a existência de uma arena discursiva que funciona como esfera intermediária entre o Estado e a sociedade” (GOMES, 2008, p. 16). Nesse sentido, cidadãos e outros atores sociais devem poder discutir sobre os problemas que os afetam em uma diversidade de espaços com diferentes configurações, que variam em amplitude, possibilidade de visibilidade, diversidade de interlocutores, entre outros aspectos.

A esfera pública construída pelo cruzamento de arenas discursivas, ainda que atravessada por assimetrias de poder e desigualdade de vozes (FARIAS, 2019) é condição para a formação da opinião pública que legitima as decisões do poder político. Os meios de comunicação são entendidos, então, como espaços de mediação entre arenas discursivas e atores sociais. Os processos comunicativos que ampliam a visibilidade de debates na esfera pública compõem a dinâmica política tanto quanto aqueles nos quais os indivíduos, cotidianamente, identificam problemas, refletem sobre eles, discutem possibilidades e comunicam suas posições (MARQUES, 2008).

Nesse sentido, Henriques (2017, p. 56) apresenta públicos como “formas de experiência e sociabilidade abstratas e dinâmicas, formadas em função da problematização de eventos e ações na esfera pública”. Silva (2019) comenta a visão de Dewey, para quem os públicos são um conjunto de indivíduos implicados em uma situação específica. Sofrendo as consequências dessa situação, o público reage, buscando compreendê-la, significá-la e comunicar sua posição. Portanto, para que um público se forme, é preciso que indivíduos construam a percepção de que são afetados por um problema. “[...] Não há público que se forme sem um processo de percepção e produção de conhecimento sobre os acontecimentos e

problemas que o afetam e sobre si próprios como agentes coletivos que tomam atitudes e se justificam (para si mesmos e para outrem)” (HENRIQUES, 2017, p. 58).

A esfera pública se torna, então, um espaço de disputas. Primeiro, a disputa por visibilidade para que um determinado problema se torne disponível nesse espaço público que é limitado e que pode apresentar obstáculos para seu acesso. Segundo, a disputa sobre a percepção que esses agrupamentos em formação formulam sobre o problema, visando contribuir ou dificultar sua movimentação (SILVA, 2019). Os processos de comunicação pública envolvem os esforços de diferentes atores para ampliar a visibilidade de problemas ou pontos de vista, buscando ampliar sua legitimidade e influencia nas decisões políticas, como também para mobilizar, em “[...] um processo de convocação de vontades para a mudança da realidade, por meio de propósitos comuns estabelecidos em consenso [...]” (HENRIQUES et al, 2007, p. 20).

Assim como são apresentadas possibilidades de construir processos de comunicação que colaborem para a formação e movimentação de públicos, ampliando a mobilização de coletivos em torno de um problema, Silva (2019) questiona sobre a possibilidade inversa, qual seja, a criação de estratégias de comunicação que visem enfraquecer ou dificultar a ação dos públicos. O autor parte das condições de coletivização propostas por Henriques (2010 apud SILVA, 2019) para pensar as condições de desmobilização.

A primeira condição de coletivização apresentada é a concretude de um problema, já que um público só pode se formar se perceber que é afetado por alguma situação. Além de identificar o problema, é preciso que ele seja compreendido numa dimensão coletiva, em que não apenas um indivíduo é afetado, mas um grupo de pessoas compartilha da mesma percepção, configurando a segunda condição como o caráter público do problema. A terceira condição está relacionada a viabilidade de agir sobre o problema, na crença compartilhada de que a ação coletiva pode mudar uma realidade que é problemática para esse agrupamento. A quarta condição é relacionada a um sentido moral, a vinculação de um público e suas ações a valores sociais amplos e aceitos.

Em outra oportunidade, Henriques et al (2007) apontavam algumas possibilidades da comunicação em projetos de mobilização que se aproximam dessas quatro condições de coletivização: a) difundir informação (publicizando problemas); b) coletivizar (construir o sentido de que o problema é de interesse público); c) registrar a memória (mostrando que a mobilização gera resultados); d) criar elementos de identificação, articulando valores e símbolos.

A partir da construção existente sobre formação de públicos, Silva (2019, p. 13-14) propõe:

Enquanto par dialético da mobilização, é válido imaginar que a desmobilização ocorra a partir de um processo inverso ao da coletivização. É interessante observar, assim, a existência de constantes disputas ao redor da formação de um público, com atores que se entendem como afetados buscando mobilizar outros sujeitos ao mesmo tempo em que forças diversas criam resistências e entraves para esse processo. Nesse sentido, o reconhecimento da recursividade presente no processo de formação e movimentação dos públicos permite sugerir que as práticas marcadas por apelos discursivos voltados para desmobilizar os públicos operam segundo as mesmas lógicas que aquelas que visam mobilizar os sujeitos, porém orientadas por uma valência oposta ao lidar com as condições de coletivização – tentando demonstrar que um problema (a) não é concreto, (b) não é de interesse público, (c) não é passível de solução e (d) não é embasado em valores mais amplos.

Nesse sentido, propomos compreender a atuação de alguns atores políticos nas discussões públicas sobre as queimadas da Amazônia no ano de 2019, tema com ampla visibilidade na esfera pública no período, buscando analisar de que forma utilizaram apelos voltados para a desmobilização, criando entraves para a formação e movimentação de públicos.

Procedimentos metodológicos

Para viabilizar a pesquisa, realizamos uma análise de conteúdo de postagens feitas no *Facebook* por quatro atores sociais sobre a controvérsia das queimadas na Amazônia, durante os meses de agosto e setembro de 2019. Foram selecionados os seguintes perfis: a) Planalto, canal oficial da Presidência da República; b) Jair Messias Bolsonaro, página do Presidente da República; c) Eduardo Bolsonaro, página do Deputado Federal pelo Partido Social Liberal (PSL) e filho de Jair Bolsonaro; d) Movimento Brasil Livre (MBL), página da organização que se apresenta como uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos.

Optamos por selecionar perfis de atores sociais que, em maior ou menor grau, apoiam o governo ou, de fato, representam-no nos sites de redes sociais. Nesse sentido, os perfis do Planalto e do Presidente Jair Bolsonaro foram selecionados para que pudéssemos compreender quais são e de que forma as condições de mobilização são acionadas nos discursos do governo.

Entendemos que muitos discursos do governo e de sua base circulam em outros ambientes que permitem, inclusive, utilizar argumentos que não poderiam ser publicados em canais oficiais do governo. Nesse sentido, selecionamos o perfil de Eduardo Bolsonaro, eleito

deputado federal pelo estado de São Paulo com recorde de votos. Em uma avaliação das páginas do *Facebook* dos três filhos políticos do presidente que são políticos, o perfil de Eduardo Bolsonaro é o que mais tem seguidores, além de ser o que mais realizou postagens sobre o tema da Amazônia no período. Selecionamos também a página do MBL que, embora não se apresente como um ator político que apoie incondicionalmente o atual governo, assumiu um papel de liderança das novas direitas no ambiente on-line.

As postagens foram coletadas nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2019, com o *FanPage Karma*, plataforma que permite monitorar e analisar dados de páginas no *Facebook*. Selecionamos o perfil, o período de tempo, os indicadores (número de curtidas, comentários, compartilhamentos, link de acesso a postagem) e extraímos uma planilha com todas as postagens feitas no período em cada página, encontrando um total de 1840 publicações.

Realizamos a 1ª filtragem do material coletado, utilizando a ferramenta dessa mesma plataforma para selecionar postagens que apresentassem ao menos uma de três palavras-chave: Amazônia, queimadas e Macron (esta última foi escolhida após uma leitura superficial do material, indicando a presença do Presidente francês, Emmanuel Macron, em muitas postagens das páginas de Jair Bolsonaro e do MBL relacionadas ao tema das queimadas na Amazônia), obtendo um total de 112 publicações. Revisamos essas postagens manualmente para remover as repetidas ou que apresentassem as palavras-chave, mas não se referissem ao tema das queimadas da Amazônia (como as postagens feitas pelo MBL em favor da revitalização de uma rodovia na região da Amazônia, ou postagens sobre o presidente francês que não eram relacionadas diretamente ao tema), obtendo um total de 73 publicações.

Como a ferramenta de filtragem da *FanPage Karma* não abrange textos presentes em imagens, links ou vídeos, realizamos manualmente uma 2ª filtragem, acessando todos os links de postagens que não apresentavam nenhum conteúdo em texto e, portanto, não poderiam ser identificadas na 1ª filtragem; ou que continham texto, mas sem informações suficientes para que o conteúdo da postagem pudesse ser identificado (é o caso de postagens acompanhadas por textos de “bom dia”, “ué”, “é o que eu sempre digo”, entre outras expressões). Com a 2ª filtragem, identificamos mais 41 postagens, obtendo, por fim, um corpus de 111 postagens.

Quadro 1 – Número de postagens coletadas para análise

Perfil/número de postagens	Postagens no período	Coletadas na 1ª filtragem	Coletadas na 2ª filtragem	Corpus
Planalto	154	18	2	20

Jair Bolsonaro	337	24	3	27
Eduardo Bolsonaro	324	10	2	12
MBL	1025	19	33	52
Total	1840	70	41	111

Fonte: elaborado pelas autoras

Após a definição do corpus, realizamos a codificação em quatro categorias: condições de desmobilização, adaptadas de Silva (2019) (Condição 1 – questionamento acerca da concretude do problema; Condição 2 – contestação sobre o caráter público do problema; Condição 3 – questionamento sobre as possibilidades de atuação para solução do problema; Condição 4 – disputas sobre o embasamento do problema em valores sociais mais amplos; 999 – não se aplica); argumentos utilizados em cada uma das condições de desmobilização; temas abordados; e assuntos abordados dentro de cada tema, que serão apresentados de forma detalhada na análise.

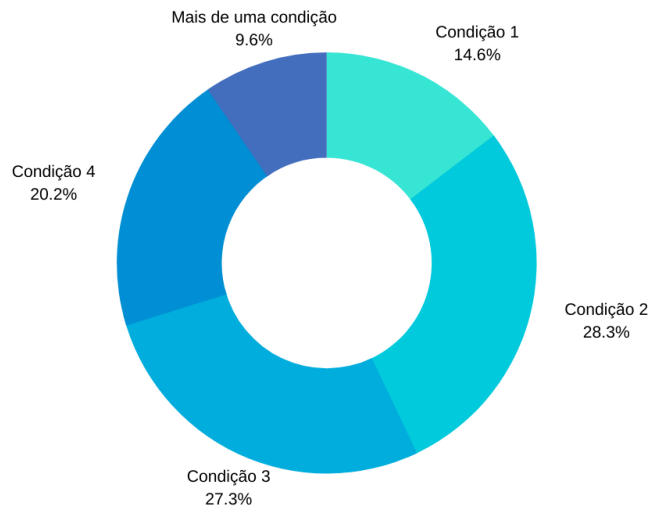
Embora façamos uso de gráficos e indicadores numéricos para facilitar a visualização dos dados, a análise não pretende demonstrar correlações estatísticas e tem caráter qualitativo, buscando compreender de que forma as condições de desmobilização são acionadas nos lances argumentativos feitos pelos diferentes atores sobre as queimadas na Amazônia.

As condições de desmobilização acionadas durante as queimadas da Amazônia

Apresentaremos uma visão geral dos dados para, então, explorar cada condição de desmobilização. Das 111 publicações que compõem o corpus da pesquisa, 15 não apresentaram nenhuma condição de desmobilização. Nas demais, a Condição 2 - contestação sobre o caráter público do problema e a Condição 3 - questionamento sobre as possibilidades de atuação para solução do problema, foram as mais utilizadas. Por outro lado, a Condição 1 - questionamento acerca da concretude do problema, foi a menos expressiva.

Há uma diferença no uso das condições de desmobilização por ator. Das publicações que apresentavam condições de desmobilização, a Condição 4 - disputas sobre o embasamento do problema em valores sociais mais amplos, foi a mais utilizada pelo MBL (37,7% das vezes), enquanto a Condição 2 foi a mais presente nos perfis de Jair Bolsonaro (50%) e Eduardo Bolsonaro (41,6%), e a Condição 3 na página do Planalto (66.6%).

Gráfico 1 - Porcentagem de ocorrência das condições de desmobilização nas publicações

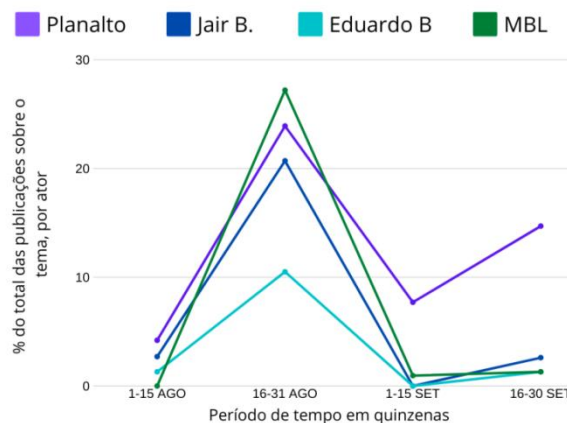


Fonte: elaborado pelas autoras

Embora essas sejam as condições mais utilizadas por cada ator, nem sempre as publicações com essa característica apresentam maior engajamento. É o caso do perfil de Jair Bolsonaro, em que as publicações com a Condição 3 (voltada para a solução do problema) possuem mais engajamento, embora a maioria do conteúdo utilize a Condição 2 (voltada para o questionamento do caráter público do problema).

A Figura 2 mostra qual foi o espaço ocupado pelo tema na página de cada ator, indicando a porcentagem de publicações sobre as queimadas na Amazônia em relação ao total de publicações feitas em agosto e setembro de 2019.

Gráfico 2 - Porcentagem de publicações sobre o tema, por ator e período de tempo

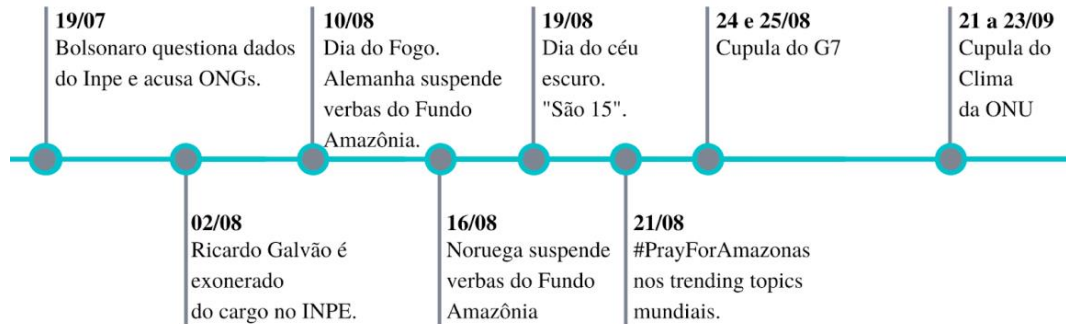


Fonte: elaborado pelas autoras

Pode-se observar que os atores que mais dedicaram espaço para o tema foram o MBL (27,7% das publicações no período) e o Planalto (23,9%). Embora as páginas de Jair Bolsonaro e do Planalto terem abordado o tema no primeiro período, nota-se um aumento significativo das publicações de todos os atores na segunda quinzena de agosto, ainda que o

problema já estivesse ocorrendo há, no mínimo, três semanas, como podemos observar a seguir.

Figura 1 - Linha do tempo dos principais acontecimentos



Fonte: elaborado pelas autoras

O tema passa a ocupar espaço nas páginas analisadas, sobretudo, no dia 22 de agosto, após a hashtag #PrayForAmazonas ocupar os *trending topics* mundiais no *Twitter*, com exceção do Planalto, que faz apenas uma postagem no dia 24 e passa a abordar as queimadas na Amazônia com ênfase no dia 26, após a Cúpula do G7. A partir desses episódios o tema passa a ocupar com intensidade as conversações na esfera pública, tornando-se necessário disputar as interpretações sobre o tema pela opinião pública.

Uma publicação do MBL (21/08) mostra que existia uma cobrança de posicionamento por parte do público: “QUESTÃO AMAZÔNIA: o que não te contaram sobre o céu escuro em São Paulo! A pedido de muitos em nossas redes sociais, esta é a posição do MBL sobre a questão ambiental e os incêndios na Amazônia”.

Destacamos que o problema já existia e era conhecido pelos atores envolvidos e, notadamente, pelo governo federal desde o início do mês de agosto (no mínimo), o que nos leva a questionar sobre o uso de possíveis estratégias de direcionamento da visibilidade no período anterior ou resistência em pautar o tema. Essa concentração de período indica que os atores tiveram uma postura reativa, pouco propositiva no debate público sobre o tema no *Facebook*.

A concentração de publicações no período também pode explicar o baixo uso da Condição 1 - questionamento acerca da concretude do problema, já que nesse momento do desenrolar da controvérsia uma diversidade de atores, entre eles celebridades, comunidade científica, políticos do Brasil e de outros países, movimentos sociais, imprensa internacional, já tomavam o aumento do número de queimadas na região como fato. Nesse ponto, seria pouco eficaz disputar a existência ou não do problema, criando um cenário profícuo para que

os atores aqui selecionados passassem a questionar, sobretudo, a legitimidade de outros atores para se envolver na controvérsia.

Uma análise dos períodos anteriores pode apresentar um resultado diferente sobre as condições de desmobilização acionadas pelos atores. Da mesma forma, a ausência dessa condição de desmobilização nas páginas do *Facebook* não significa que ela não foi acionada, pelos mesmos atores, em outros âmbitos de comunicação.

Em setembro os números decrescem e o tema aparece com alguma evidência na página do Planalto que, com a aproximação da Cúpula do Clima, passa a acionar as Condições 1 e 2, voltadas para concretude do problema e sua relação com interesse público.

Disputa acerca da concretude do problema - Condição 1

A primeira condição de desmobilização está relacionada às disputas acerca da concretude do problema, promovendo dúvidas sobre temas já estabelecidos, como o aumento do número de queimadas na Amazônia. As páginas selecionadas defenderam que o problema sempre existiu, fazendo referência aos governos Lula e Dilma; alegaram que informações eram falsas, como na reportagem publicada pelo Planalto na qual o ministro da Defesa afirma que não há uma situação fora de controle; e apresentaram dados que buscavam deslegitimar o problema, como Jair Bolsonaro faz ao alegar que a área de queimadas teve um decréscimo entre janeiro e agosto. Após o período mais ativo da controvérsia, a página do Planalto passa a apresentar o governo como ambientalista, como se essa postura sempre tivesse amparado suas ações, mesmo antes do problema.

A forma como os atores se propuseram a disputar a concretude do problema foi, na maioria das vezes, produzindo incertezas, não só questionando dados divulgados pela mídia ou por cientistas, mas também apresentando versões alternativas dos fatos, como dados que contradiziam os oficiais. Logo, essa condição de desmobilização se apresentou como uma maneira de confundir a opinião pública em relação a existência e proporção do problema.

Contestação sobre o caráter público do problema - Condição 2

Assumindo que o aumento das queimadas na Amazônia de fato existe, outras condições de desmobilização passam a ser acionadas, como a contestação sobre o caráter público do problema. De forma geral, as publicações que utilizaram essa estratégia defendiam que não há real interesse, dos atores mobilizados, na questão ambiental ou na preservação da Amazônia, mas sim em obter vantagens, sejam elas políticas ou econômicas.

É o caso de postagens que sugerem uma possível interferência externa, sustentada na ideia de que atores não identificados estariam interessados em internacionalizar a Amazônia, a ponto de invadir as fronteiras do Brasil e roubar recursos naturais, ferindo a soberania nacional. Um exemplo é a postagem de Jair Bolsonaro, que afirma: “Países estão interessados em nossas riquezas e biodiversidade. A Amazônia não pode ser entregue aqueles que destruíram suas florestas e agora querem se apoderar da nossa.”.

Outras vezes, esse interesse era atribuído a um ator específico, como Macron, que assumiu protagonismo levando a discussão para a Cupula do G7 como um possível impeditivo para manter o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, o que poderia pressionar o governo brasileiro a agir contra o aumento dos desmatamentos e das queimadas. Uma postagem do MBL afirma que “Macron quer invadir a Amazônia!”.

Diferentes interesses foram atribuídos ao presidente francês, como a intenção de beneficiar agricultores franceses, a de internacionalizar ou invadir a Amazônia, e a de utilizar esse episódio para se promover eleitoralmente. Postagem de Jair Bolsonaro diz: “Lamento que o presidente Macron busque instrumentalizar uma questão interna do Brasil e de outros países amazônicos para ganhos políticos pessoais”. Nesse sentido, os atores internacionais que pressionavam o governo brasileiro eram pautados por interesses privados.

Outro ator político citado são as ONGs, que estariam interessadas em conseguir dinheiro público para se subsidiar. As publicações indicam que essas organizações recebiam verbas públicas e questionam seu trabalho. O MBL publica um link com o título “‘É estranho ver 300 ONGs na Amazônia e nenhuma no Nordeste’, diz embaixador na França”. Eduardo Bolsonaro, por sua vez, declara que “Os ‘incêndios em massa’ só acabariam se as ONGs e a extrema imprensa voltassem a receber o que estavam acostumadas a receber...”.

Outro apelo feito nesse sentido recorria a ideia de que “a Amazônia é nossa” e este é um problema de interesse público dos brasileiros, ou seja, não deveria ser objeto de discussão internacional porque diz respeito apenas ao Brasil. Uma publicação do MBL traz a fala de Ricardo Sales, afirmando: “Isso de patrimônio da humanidade é uma bobagem”. Questionam mobilizações realizadas pela sociedade civil em outros países, como se não tivessem legitimidade para agir em defesa da preservação de um território brasileiro. Dessa forma, buscam posicionar o debate em uma esfera que é pública, mas restrita.

Questionamento sobre possibilidades de atuação para solução do problema - Condição 3

Esta condição de desmobilização estaria relacionada, a princípio, ao não reconhecimento do potencial de resolução do problema já que, se ele não pode ser

solucionado, não há necessidade de mobilização. No entanto, encontramos argumentos que admitem a existência do problema e a possibilidade de ação para solucioná-lo, mas sustentam a ideia de que todas as ações necessárias já foram adotadas. Sobretudo nas páginas do Planalto e de Jair Bolsonaro, essa condição aparece na roupagem de divulgação de ações do governo para conter ou sanar as queimadas na Amazônia, descrevendo ações como envio de frotas do exército para conter o fogo ou o acolhimento da oferta de ajuda de outros países (notadamente, alinhados ao governo, como Israel).

As publicações também afirmavam que o governo fazia “todo o possível” e tratava com seriedade a questão, buscando desvincular a impressão de que o governo negligenciava o episódio, construída pela preocupação internacional ou por declarações anteriores que negavam a existência do problema e sua urgência. Nesse sentido, a divulgação das ações do governo são entendidas na condição de desmobilização porque indicam uma mudança de postura, agora comprometida com a questão ambiental, que não demanda mobilização da sociedade.

Da mesma forma, consideramos que publicações que demonstravam apoio (e não ajuda, com recursos) de outros países ao governo faziam oposição às críticas feitas por países como Alemanha e França, que haviam assumido um papel de destaque nas discussões internacionais, bem como aos questionamentos levantados pela imprensa internacional. Mensagens de governantes alinhados ao governo Bolsonaro, como o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ou o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, indicavam sua confiança no trabalho desenvolvido no combate às queimadas, diluindo a impressão de que o mundo se preocupava com a gestão do problema pelo governo, promovendo uma legitimação do governo por atores externos.

Ainda nesta categoria, identificamos o argumento do MBL de que a solução proposta por determinados atores não resolve o problema. A página questiona a eficiência de ir à manifestações em favor da Amazônia e ridiculariza algumas formas de ativismo na Internet, como em “Giulia Costa pratica yoga para protestar contra incêndios na Amazônia e acaba virando chacota” ou “Na 'vibe ambientalista', Anitta posta vídeo de calcinha para chamar atenção à Amazônia”.

Disputa sobre o embasamento do problema em valores morais mais amplos - Condição 4

A última condição de desmobilização leva em consideração a relação do problema com valores morais mais amplos. Nenhum dos atores selecionados para a análise questiona a importância de se proteger o meio ambiente. Como não é possível questionar o problema em

si, essa condição de desmobilização aparece, sobretudo, na tentativa de desmoralizar ou questionar a moralidade de atores que são críticos ao governo. Por exemplo, quando a Venezuela oferece ajuda ao Brasil, o MBL defende que um país com um salário mínimo tão baixo não tem moral para adentrar nos assuntos de outro país.

Portanto, diferente de questionar se os atores estão de fato preocupados com uma questão de interesse público, as publicações, nesta condição, questionam o caráter dos atores, determinando se estes podem, ou não, falar sobre as queimadas na Amazônia. Sugere má conduta dos atores envolvidos ao questionar a honestidade de Macron ou ao expor o uso de informação falsa (como fotos de queimadas de outros anos), a fim de minar sua credibilidade. Alguns argumentos do MBL indicam que nos governos petistas também existiam queimadas, que militantes da esquerda costumam “queimar pneus em manifestações” e que muitas pessoas “fumam maconha de procedência duvidosa” e, por isso, não têm legitimidade para questionar sobre as queimadas. Ou seja, recorre a uma desqualificação do ator e, conseqüentemente, de sua participação na controvérsia.

Além disso, argumentam que alguns atores sociais envolvidos não buscam vantagens políticas ou econômicas, mas sim causar danos ao país. Como quando publicam que Macron não quer beneficiar os agricultores franceses, mas sim prejudicar o agronegócio brasileiro, ou como Jair e Eduardo Bolsonaro ao dizerem que países usam as notícias de incêndios para tentar prejudicar a imagem do Brasil.

Considerações Finais

De forma geral, entendemos que as diferentes condições de desmobilização foram acionadas para desqualificar a participação de atores que se opunham ao governo na controvérsia, seja por meio do questionamento de seus valores, por seus possíveis interesses ocultos, por supostamente não se embasarem em dados que representam a realidade. Essa disputa envolveu, também, o movimento oposto, de demonstrar apoio internacional e ações do governo voltadas para a solução do problema, em uma disputa por legitimação.

Com relação a aplicação das condições de desmobilização como categoria analítica, nos pareceu fazer sentido inserir a divulgação das ações do governo como a totalidade do que poderia ser feito na Condição 3 - questionamento sobre as possibilidades de atuação para solução do problema, diferente do que foi realizado no artigo que embasa esta pesquisa (SILVA, 2019), que considerou argumentos como este uma forma de contestar a concretude do problema. Embora não recorra a ideia de que o problema não é passível de solução, esse apelo não refuta a existência do problema. Pelo contrário, assume que ele existe e indica que

não é preciso que outros atores ajam sobre ele, vinculando esses argumentos à possibilidade de resolução do problema mais do que à disputa sobre sua concretude. Esperamos que essa leitura possa contribuir para o desenvolvimento deste aporte analítico na compreensão dos processos de comunicação pública.

Por fim, indicamos um desdobramento futuro importante: a análise dos comentários feitos nas postagens pode subsidiar inferências sobre como as condições de desmobilização circulam em outros âmbitos comunicacionais, de visibilidade restrita e com dinâmicas distintas, como grupos de *Whatsapp*.

Referências

FARIAS, Luiz Alberto de. **Opiniões Voláteis**: opinião pública e construção de sentido. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2019.

GOMES, W. _____ GOMES, W; MAIA, C. M. R. **Comunicação e democracia**: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HENRIQUES, M. Dimensões dos públicos nos processos de comunicação pública. In: SCROFERNEKER, M; AMORIM, L (Orgs.). **(Re)leituras contemporâneas sobre Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

HENRIQUES, M. S.; BRAGA, C. S; SILVA, D. B. C; MAFRA, R. L. M. Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social: funções e características. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARQUES, A. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. In: **Líbero**, a. XI, n. 21, 2008, p. 23-36.

SILVA, D. Dinâmicas de desmobilização: a criação de entraves aos processos de formação e movimentação de públicos. In: **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019.

SILVA, D. R. Relações Públicas, ciência e opinião: lógicas de influência na produção de (in) certezas. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.